

Concepções acerca das propostas pedagógicas para crianças de 0 a 5 anos

SILVA, Fernanda Alves da – UEPB

Email: fernanda-alves800@hotmail.com

Orientadora: Prof^a Dra. Lenilda Cordeiro Macêdo

Email: lenildamacedo@ig.com.br

Resumo

Este artigo constitui-se de uma pesquisa que está sendo desenvolvida em instituições de educação infantil de Campina Grande, que atendem às duas etapas da educação infantil (creche e pré-escola). Nossos objetivos são os seguintes: analisar o conteúdo das propostas pedagógicas das instituições, se os mesmos estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs como também, se há propostas específicas para cada etapa da educação infantil e quais concepções de infância, criança e currículo estão subjacentes nestas propostas. O estudo é de caráter quali-quantitativo, cujas técnicas de produção de dados são: aplicação de questionários sócio acadêmicos, realização de entrevistas semi estruturadas com 22 professores que atuam nos três níveis, berçário, maternal e pré-escola e análise documental. Os dados serão analisados através da estatística simples e análise de conteúdo. Socializamos aqui apenas os dados analisados referentes a 61 questionários, respondidos pelos docentes que estão participando da pesquisa. A partir dessa análise constatamos que as professoras têm conhecimento de que o Projeto Político Pedagógico é o centro do trabalho pedagógico e que as concepções de currículo são diversas. Enfim, nossos dados apontam, ainda, que: nas concepções das docentes, participantes da pesquisa em questão, o cuidar/educar perpassa o currículo; que o mesmo deve ser sistematizado por faixa etária contemplando a realidade; que a proposta curricular deve primar pelo desenvolvimento integral da criança.

Palavras-Chaves: Educação Infantil. Currículo. Cuidar. Educar.

Abstract

This article consists of a research which is being developed at childhood educational institutions in Campina Grande that are formed by two categories of early childhood education (the day care center and the kindergarten). Our objectives are to analyze the educational institutions' contents of their pedagogical proposals investigating if they are following the DCNEIs (National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education) as well specific proposals for each level of childhood education and what concepts on childhood, child and curriculum are approached in those proposals. This is a quantitative-quality study whose data production techniques are social academic questionnaires, semi structured interviews with twenty two teachers that work in the

three levels of childhood education: nursery school, preschool, kindergarten and documental analysis. The data will be analyzed through simple statistic and content analysis. Based on the sixty one questionnaires answered by the research participants it is possible to affirm that there are many concepts on curriculum such as orientation/guidance; activities, objectives selection in order to achieve all the actions/practices accomplished in the institutions researched. On the curriculum concepts raised by the teachers some suggestions were proposed, for example, the care with the children/educate them; the systematization according to children's age and the importance of children's reality as well the improvement of their whole development.

KEY WORDS: Child, Curriculum, Childhood Education

Introdução

No Brasil, foi a partir dos aparatos legais que a criança passou a ser considerada como cidadã de direitos. Na Constituição Federal de 1988 a criança torna-se sujeito de direitos, inclusive à educação e à proteção desde o nascimento. No entanto, a lei não se refere, especificamente à educação infantil. No Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90) pode-se perceber que o termo Educação Infantil, também não está explicitado, embora, o ECA assegure no artigo o direito da criança à educação e o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos. (AMORIM, 2010, p. 453),

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (lei 9394/96) trouxe, pela primeira vez, o termo Educação Infantil, caracterizando esta etapa de ensino como a primeira da Educação Básica. A partir da mesma, como aborda Amorim (2010, p.454), “[...] As instituições de Educação Infantil devem, portanto, integrar o sistema de ensino e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança”.

Atualmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil –DCNEI - (BRASIL, 2010) definem a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica oferecida por creches e pré-escolas, cabendo-lhe cuidar e educar as crianças de 0 a 5 anos de idade. Nesse sentido, no mesmo documento além da criança ser considerada como sujeito de direito, é, também, produtora de suas culturas.

Uma perspectiva relativamente recente, que potencializa novos sentidos de ensinar e aprender na educação infantil é a sociologia da infância (QWORTRUP, 2011, SARMENTO, 2009, CORSARO, 2011). Estes autores defendem que a infância é uma construção social e que as crianças são atores sociais que produzem e reproduzem cultura. A produção de culturas pela criança depende sempre do outro, do social. Ao internalizar os significados culturais ela reinterpreta-os, produz sentidos novos, singulares, sendo autora nesta relação, constituindo-se no conceito de reprodução

interpretativa (CORSAO, 2011). A criança, nesta perspectiva é autora/produtora de culturas infantis. A psicologia social e a sociologia da infância dialogam no sentido de dar visibilidade as ações das crianças e a infância, categoria social marginalizada ao longo da história (MACÊDO, 2014).

Concepções de Currículo para a Educação Infantil

Quando a LDB tornou a educação infantil um direito das crianças, o Ministério da Educação (MEC) elaborou, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil – RCNEI (BRASIL, 1998), com intuito de orientar as instituições para que garantissem o desenvolvimento integral das crianças e incorporassem as funções de cuidar e educar de maneira simultânea. De acordo com Amorim e Dias (2012, p. 130) o RCNEI passou a ser considerado como referencial/ proposta curricular nacional.

Nesse sentido, com o objetivo de ser uma referência para o trabalho do professor, o referido documento, composto por três volumes (Introdução, Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo), explicita concepções de criança, infância e educação infantil e de constituição da identidade, além de abordar o movimento, a música, as artes visuais, a linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, e a matemática, como eixos que podem ser concebidos na composição do currículo para esta etapa educativa.

Entretanto, O RCNEI (BRASIL, 1998) seguiu um rumo diferente do planejado. O documento foi elaborado com a intenção de colaborar na elaboração das propostas pedagógicas, no contexto de cada instituição de educação infantil, mas o mesmo assumiu o caráter de currículo nacional, não correspondendo às expectativas de ser um currículo centralizado. Com as críticas feitas ao RCNEI, pela comunidade científica da área, o MEC elaborou, em 1999, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, em 1999. Dez anos depois é reafirmada a necessidade de elaborar as novas DCNEI (2009).

As DCNEI (BRASIL, 2010, p. 17), documento de caráter obrigatório e normativo, trazem a concepção de proposta pedagógica, explicitando que, além de outras garantias, as instituições de educação infantil devem assumir a responsabilidade de complementar a educação e o cuidado das crianças junto à família. Ademais, objetivando auxiliar a elaboração das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil o documento destaca que deve-se garantir à criança: “O acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens,

assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à brincadeira e a interação com outras crianças”. (BRASIL 2010, p. 19).

O currículo na educação infantil não deve ser entendido como uma lista de conteúdos os quais devem ser transmitidos ao aluno. Currículo é tudo aquilo que é construído pelas crianças e pelas professoras, no espaço-tempo das instituições. Em outras palavras, são os saberes, conhecimentos, atitudes e valores que circulam, são produzidos e reproduzidos pelas crianças na interação entre si e entre os adultos (MACÊDO, 2014). Complementando, Amorim (2010, p. 456) conceitua currículo como “[...] aquilo que ocorre nas escolas e salas de aula como resultado da interação entre os sujeitos do ato educativo e o objeto de conhecimento, entende-se que este artefato está inserido em complexas relações de poder”.

Na educação infantil o currículo deve ter como princípios a indissociabilidade do cuidar/educar tendo como eixos a interação entre as crianças e o brincar, de modo que se traduzam em múltiplas experiências no campo do conhecimento de si e do mundo, das linguagens, da autonomia, da diversidade (AQUINO e VASCONCELLOS, 2012, p. 75).

Por fim, considerando esta ideia de construção de conhecimento no interior das creches e pré-escolas é possível entender que a educação de crianças de 0 a 5 anos implica a existência de um currículo nessa etapa de educação, desde o berçário, no entanto, é preciso questionar, qual currículo? Conforme Aquino e Vasconcellos (2012) o currículo pode ser prescritivo, narrativo ou emergente, dependendo das concepções de criança, infância e educação infantil dos e professores de educação infantil. Enfim, para Macêdo (2014,) a organização das propostas curriculares na educação infantil é resultado do campo teórico a que os educadores e professores tem acesso ao longo de sua formação inicial e continuada.

Em face do exposto, é importante destacar, que a concepção de currículo presente nas diretrizes curriculares nacionais não é prescritiva ou disciplinar, nem tampouco, fincada em datas comemorativas. Mas, tendo a criança como centro do planejamento curricular, propõe um planejamento elaborado com todos os atores do processo (professores, educadores, famílias e crianças), pautado nas experiências e interesses das crianças, de seus grupos de origem e da sociedade brasileira, enfim, um planejamento gerado com as crianças, as quais reproduzem e produzem culturas/ saberes singulares na interação com seus pares.

Metodologia

A pesquisa em tela é uma análise das propostas curriculares para crianças de 0 a 5 anos em creches da rede municipal de Campina Grande-PB, cujos objetivos constituem-se em analisar as concepções de criança, infância, currículo e educação infantil, subjacentes às propostas pedagógicas de instituições de educação infantil e observar se as propostas pedagógicas das creches estão ancoradas nos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI. A metodologia, de natureza quali-quantitativa, prevê aplicação de questionários para serem respondidos por docentes que atuam em 10 creches da rede municipal, além da análise das propostas curriculares das instituições e, por fim, entrevistas com 22 professores que atuam nos três níveis, berçário, maternal e pré-escola. Os dados serão analisados através da estatística simples e análise de conteúdo. Por fim socializamos aqui apenas os dados analisados referentes 61 questionários, respondidos pelos docentes que estão participando da pesquisa.

Análise dos resultados

A primeira questão diz respeito a formação acadêmica dos docentes. Ensino Médio: (Magistério/Pedagógico) 5 (8,1%) dos docentes cursaram o magistério; 03 (4,9%) estão realizando uma graduação e 53 (86,8%) possuem formação em nível superior. Quanto a pós-graduação 38 (62,3%) são especializadas, 11 (18,3%) não são especializadas e 5 (8,2%) estão cursando. No tocante as especialidades 12 (31,6%) especializaram-se na área de educação infantil, 9 (23,7%) em psicopedagogia, 4 (10,5%) em formação do educador; 4 (10,5%) em supervisão e orientação educacional, as demais, ensino aprendizagem, saúde da família, linguística e literatura, educação, educação especial, formação do educador e educação básica somam 24%.

No tocante ao vínculo empregatício 32(52,4%) são efetivas e 29 (47,5%) são prestadoras de serviço. Percebe-se que as condições de trabalho ainda são precárias para uma grande parte das professoras. Em relação a experiência profissional 10 (16,4%) docentes tem de 1 a 5 anos de atuação na educação infantil, 20 (32,8%) tem entre 6 e 10 anos, 23 (37,7%) tem de 11 a 20 anos de experiência na área e 5(8,2%) tem entre 21 e 26 anos de atuação na área. Evidencia-se, portanto, que a maioria das docentes tem uma larga experiência na área.

Indagadas sobre a participação na elaboração do Projeto político pedagógico 31 (50,8%) responderam que participaram da construção do mesmo e 28 (45,9%) afirmaram que

não participaram da construção deste documento. Estas professoras justificaram a não participação afirmando que eram novatas na instituição, não estavam na instituição quando da elaboração do mesmo. Lamentavelmente, ainda há uma quantidade considerável de professoras que não estão ainda participando da construção da proposta ou projeto pedagógico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (Lei 9394/96) afirma, no artigo 13, que os professores tem como atribuição, além do ensino, a participação na elaboração do projeto político pedagógico. Isto porque, sendo o currículo o centro do processo educacional e pedagógico o professor é um dos grandes artífices do mesmo. Não participar deste processo implica em alienação, ou seja, torna o professor, de certa forma, um tarefeiro, alguém que executa o que outros pensaram.

No que se refere à utilização da proposta curricular, como referencia para elaborar o planejamento de sala de aula, 30 (49,2) afirmaram que utilizam a proposta curricular como referencia no seu planejamento, justificando que buscam se basear, porque faz parte da elaboração do planejamento, porque é um norte, para consultar metas, alcançar objetivos e, porque é preciso está informado sobre a proposta. 27 (44,3%) das professoras responderam que não consultam a proposta pedagógica para elaborar o planejamento das atividades pedagógicas.

Indagamos às professoras se elas costumam consultar o RCNEI para elaborar o planejamento das atividades pedagógicas: 47 (77%) responderam que sim, 12 (19,7%) responderam que não e 2 (3,3%) não responderam. Em síntese, a justificativa das que afirmaram a consulta são as seguintes: é um norteador: 19 (40,4%), para elaboração das atividades 9 (19,1%), 5 (10,6%) para elaborar os objetivos adequados à faixa-etária, outras 4 (8,5%) afirmaram consultar: vários documentos, como pesquisa e se informar. Por fim, as demais não justificaram porque consultam o RCNEI.

Quanto às justificativas das que responderam que não consultam o RCNEI, 2 (16,6%) afirmaram que já conhece, 3 (25%) destacaram que trabalha de acordo com a realidade e as demais, que justificaram ressaltaram que consultam outros suportes 1(8,33%), a internet, 1 (8,33%) os planejamentos são elaborados junto à secretaria da educação (com os técnicos) e, por fim, 1 (8,33%) baseiam-se na proposta do município

Um dos fatores que podem elevar a qualidade da educação infantil é a elaboração do planejamento das atividades pedagógicas pelos próprios docentes e que estes busquem pesquisar/consultar os documentos oficiais e outros suportes. Neste sentido, podemos afirmar que as instituições, cujos professores estão participando desta pesquisa tem potencial para desenvolver práticas educativas de qualidade.

O que nos chama a atenção é que o percentual de professores que consultam o RCNEI (BRASIL, 1998), para elaborar seu planejamento (77%) é maior do que o percentual daqueles que afirmaram que consultam a proposta pedagógica da instituição (49,2%). É algo a ser indagado, nas entrevistas, pois a proposta pedagógica da instituição constitui-se na identidade da instituição, contempla as especificidades e, ao mesmo tempo, a pluralidade dos sujeitos que fazem parte da mesma, portanto, deve ser única, embora tenha os princípios contidos nas DCNEIs (BRASIL, 2010) constitui-se em um documento mandatário, normativo para se elaborar a proposta curricular da instituição e o RCNEI (BRASIL, 1998) é um documento referência, pode e deve ser consultado e utilizado como suporte/norte da proposta curricular, mas não deve substituir a mesma, pelos mesmos motivos elencados acima.

Solicitamos as professoras para evocarem uma definição de currículo. Percebemos, analisando as evocações, o que já era esperado: concepções diversas de currículo. Elencaremos: currículo como o norte/caminho do trabalho pedagógico, como objetivos e métodos de ensino, como as próprias atividades desenvolvidas para atingir habilidades, como conteúdo, como prática/ação pedagógica sistematizada, conjunto de experiências culturais, dentre outras. As professoras, certamente, por possuírem um bom nível de formação acadêmica, são conhecedoras daquilo que é o centro do trabalho pedagógico:

É um documento que deve está presente em nossa prática, pois nos ajuda a sistematizá-la obedecendo e respeitando as habilidades e competência de cada criança. (C1, P1); É o meio pelo qual o educador elabora suas atividades para atingir as habilidades que venha desenvolver com as crianças. (C2, P2); “Um caminho a ser trilhado com metas pré-estabelecidas”.(C4, P4).

Como já afirmamos anteriormente, as concepções de currículo são diversas. Destacamos falas que, de certa forma, evidenciam uma concepção de currículo tradicional/ técnica, sendo este objeto visto apenas como organização, programação e seleção de conteúdos relevantes (FRAGELLI e CARDOSO, 2011).

Alguns pontos foram frequentes nas evocações das professoras: o cuidar/educar perpassa o currículo; o currículo deve ser sistematizado por faixa etária e primar pelo desenvolvimento integral das crianças e, também, que o mesmo deve contemplar a realidade.

Conclusão Provisória

Os resultados dessa pesquisa contribuíram para uma reflexão quanto à forma como as professoras, participantes da pesquisa, consideram o Projeto Político Pedagógico e o RCNEI em seus planejamentos e em suas práticas para/com as crianças de 0 a 5 anos. Nesse sentido, os docentes das instituições de educação infantil podem elaborar seus planejamentos em discussão uns com os outros se baseando a partir do RCNEI, de acordo com a realidade de cada instituição, pois esse Referencial, como afirmam Amorim e Dias (2012 p. 130) foi elaborado para orientar as propostas pedagógicas no contexto de cada instituição de educação infantil.

Por fim, nossos dados apontam que alguns pontos foram frequentes nas evocações das professoras: o cuidar/educar perpassa o currículo; o currículo deve ser sistematizado por faixa etária e primar pelo desenvolvimento integral das crianças e, também, que o mesmo deve contemplar a realidade.

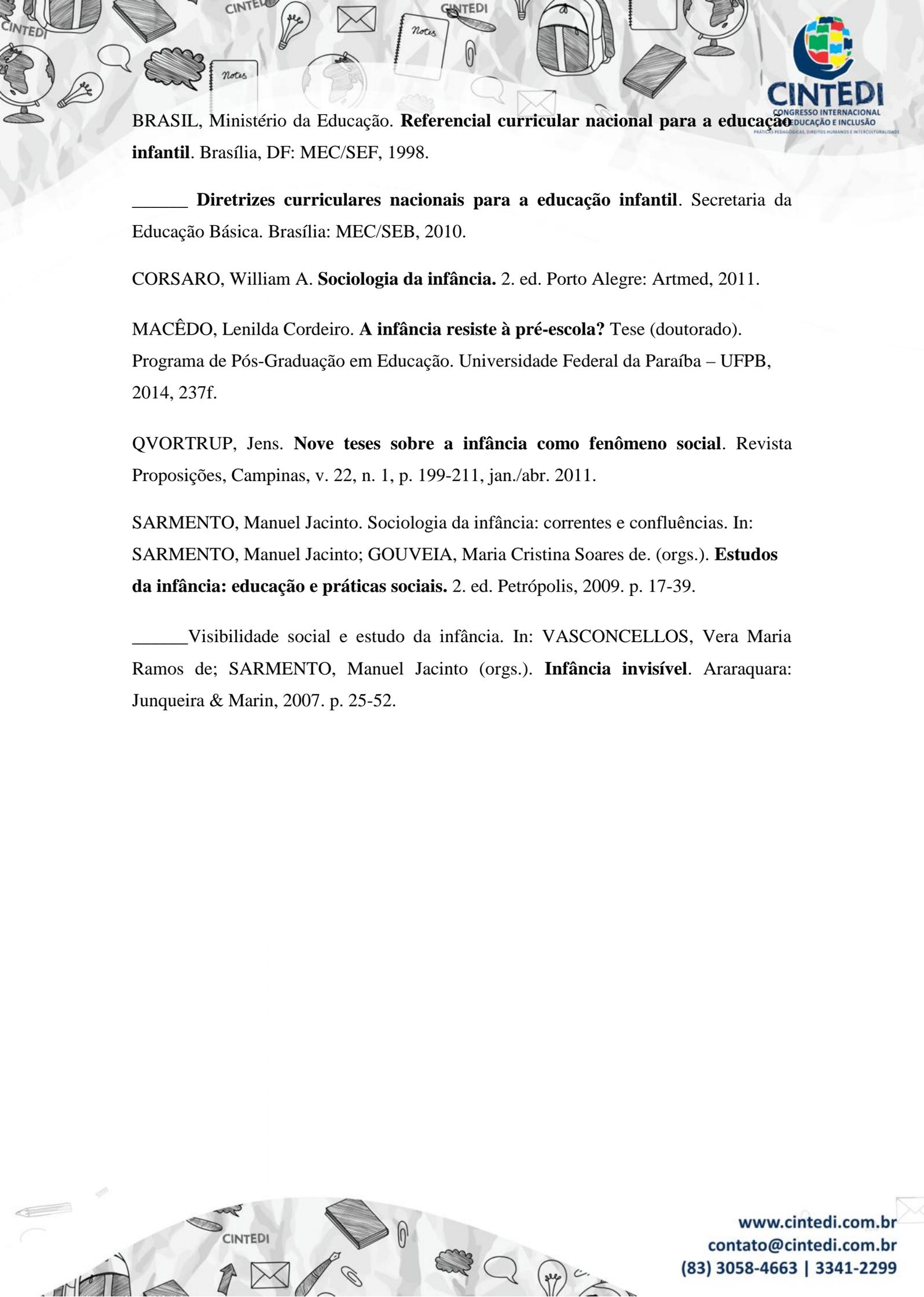
Pretendemos, com a nossa pesquisa, discutir que as propostas curriculares não devem centrar no assistencialismo, por mais que saibamos que esse fator na educação infantil se faça presente, nossa intenção é frizar que o cuidar nas práticas pedagógicas na creche e pré-escola não diz respeito apenas ao cuidado físico, mas consiste na atitude de ajudar a criança na sua constituição enquanto cidadão.

Referências

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de Amorim. Educação infantil e currículo: compassos e descompassos entre os aspectos teóricos, legais e políticos. In: **Espaço do currículo**. v. 3. n.1.p. 451-461, mar/set, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 30 Abr. 2014.

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. DIAS, Adelaide Alves. Currículo e educação infantil: uma análise dos documentos curriculares nacionais. In: **Espaço do currículo**. v.4, n. 2, p. 125-137, Mar, 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 30 Abr. 2014.

AQUINO, Ligia Maria Leão de. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. Questões curriculares para a educação infantil. In: FARIA, Ana Lucia Gulart; AQUINO, Ligia Maria Leão de (orgs.). Educação infantil e PNE: questões e tensões para o século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2012, p. 69-82.



BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MACÊDO, Lenilda Cordeiro. **A infância resiste à pré-escola?** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2014, 237f.

QVORTRUP, Jens. **Nove teses sobre a infância como fenômeno social**. Revista Proposições, Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-211, jan./abr. 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. (orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2. ed. Petrópolis, 2009. p. 17-39.

_____. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto (orgs.). **Infância invisível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-52.